



PROJETO DE EXECUÇÃO DA MODERNIZAÇÃO DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DE IDANHA-A-NOVA

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL CONSOLIDADO

RESUMO NÃO TÉCNICO

MARÇO 2026

INFORMAÇÃO DO PROJETO

Cliente: Associação de Regantes e Beneficiários de Idanha-a-Nova

Nome do Projeto: Elaboração do Estudo de Impacte Ambiental do Projecto de Modernização do Aproveitamento Hidroagrícola de Idanha-a-Nova

Designação: Projeto de Modernização do Aproveitamento Hidroagrícola de Idanha-a-Nova – Estudo de Impacte Ambiental

Data de Assinatura do Contrato: 17 de março de 2025

Autores: AQUALOGUS, Engenharia e Ambiente, Lda. (AQUALOGUS)

INFORMAÇÃO DO ENTREGÁVEL

Entregável: Estudo de Impacte Ambiental

Preparado por: AQUALOGUS

Rev. N.º	Ref.:	Data	Elaborado	Verificado	Aprovado
0	292.03.01	17/10/2025	DGE	DGE	FMR
1	292.03.01	13/03/2026	DGE, MJC, PAP	PAP	FMR

**PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA
DE IDANHA-A-NOVA**

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL CONSOLIDADO

ÍNDICE DE VOLUMES

RELATÓRIO

VOLUME 1 – PEÇAS ESCRITAS

TOMO 1 – CAPÍTULOS INTRODUTÓRIOS

TOMO 2 – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

TOMO 3 – AVALIAÇÃO DE IMPACTES

TOMO 4 – MITIGAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E CONCLUSÕES

VOLUME 2 – PEÇAS DESENHADAS

RESUMO NÃO TÉCNICO

**PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA
DE IDANHA-A-NOVA
ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL**

RESUMO NÃO TÉCNICO

ÍNDICE

TEXTO	Pág.
O QUE É O RESUMO NÃO TÉCNICO?.....	1
O QUE É A AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL? E O QUE É O PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL?.....	1
O QUE É A DECLARAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL?	2
QUEM É O PROMOTOR E QUEM LICENCIA O PROJETO?.....	2
ONDE SE LOCALIZA O PROJETO?.....	2
POR QUE É NECESSÁRIO O PROJETO?.....	3
EM QUE CONSISTE O PROJETO?.....	4
QUAIS AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ÁREA ONDE SE LOCALIZA O PROJETO?	6
QUAIS OS PRINCIPAIS IMPACTES DO PROJETO?	10
QUE CONSEQUÊNCIAS TEM UMA EVENTUAL DESATIVAÇÃO DO PROJETO?	11
QUAIS AS PRINCIPAIS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DOS IMPACTES NEGATIVOS E DE POTENCIAÇÃO DOS IMPACTES POSITIVOS?	11
FOI PROPOSTA ALGUMA MONITORIZAÇÃO?.....	12
QUAL O BALANÇO FINAL DO PROJETO?	12

DESENHOS

DESENHO 01 Enquadramento Regional

O QUE É O RESUMO NÃO TÉCNICO?

O **Resumo Não Técnico** (RNT) é um documento síntese que integra o **Estudo de Impacte Ambiental** (EIA), mas que é editado de maneira autónoma, de forma a facilitar uma divulgação mais alargada, em particular durante a fase de Consulta Pública, que faz parte do processo de **Avaliação de Impacte Ambiental** (AIA) do projeto.

O RNT resume, em linguagem corrente, as principais informações constantes no EIA.

Quem pretender aprofundar algum dos aspetos relativos aos efeitos do **Projeto de Modernização do Aproveitamento Hidroagrícola de Idanha-a-Nova** (AHIN) poderá consultar todos os elementos do EIA que estarão disponíveis, durante o período de Consulta Pública nos seguintes locais:

- Portal Participa (<http://participa.pt>);
- Portal "*Sistema de Informação sobre Avaliação de Impacte Ambiental*" da Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- Portal das Consultas Públicas (<https://www.ccdrc.pt/pt/consultas-publicas/>) da CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro).

O QUE É A AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL? E O QUE É O PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL?

O procedimento de **AIA** encontra-se previsto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual – Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA) – sendo aplicável a projetos com potenciais efeitos sobre o ambiente.

Nos termos desta legislação, a aprovação de projetos que, pela sua natureza, dimensão ou localização são considerados suscetíveis de provocar efeitos significativos no ambiente, fica sujeita a um processo de AIA.

Embora o projeto de modernização do AHIN não ultrapasse os limiares definidos na legislação, trata-se de uma alteração ou ampliação de um projeto já existente, que se enquadra numa das tipologias previstas no Anexo I ou II do RJAIA, conforme indicado na alínea b) do artigo 4.º do referido regime.

A AIA tem como objetivos avaliar os potenciais efeitos (impactes), positivos e negativos de um projeto ou atividade, e identificar as medidas que evitam, reduzem ou compensam os efeitos negativos significativos, antes de uma decisão ser tomada. A AIA também permite que as entidades e o público interessado se possam pronunciar, contribuindo para a decisão sobre o projeto.

Assim, o promotor de um projeto sujeito a AIA deve preparar um documento, designado como **Estudo de Impacte Ambiental**, contendo as informações sobre os potenciais efeitos da

atividade e as medidas que se propõe adotar para evitar, reduzir ou compensar os efeitos negativos significativos, bem como medidas potenciadoras dos impactos positivos.

O QUE É A DECLARAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL?

O procedimento de AIA termina com a emissão de uma **Declaração de Impacte Ambiental** (DIA), que pode ser Favorável, Favorável Condicionada (isto é, Favorável, mas obrigando ao cumprimento de determinadas medidas ou à verificação de determinadas condições), ou Desfavorável.

A DIA a emitir deve ter em consideração a análise dos impactos do projeto, realizada pela Comissão de Avaliação nomeada para o efeito, bem como os resultados do processo de consulta pública realizado em paralelo.

O projeto apenas pode ser licenciado após a emissão de uma DIA Favorável, ou Favorável Condicionada.

QUEM É O PROMOTOR E QUEM LICENCIA O PROJETO?

O projeto do AHIN, atualmente em fase de Projeto de Execução, é da responsabilidade da Associação de Regantes e Beneficiários de Idanha-a-Nova (ARBI), que constitui o proponente.

O EIA foi desenvolvido pela **AQUALOGUS - Engenharia e Ambiente, Lda**.

As entidades competentes para licenciamento das diversas componentes do projeto são:

- a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), que licencia as infraestruturas de regadio;
- e a Direção Geral de Energia e Geologia (DGE), que licencia as centrais solares fotovoltaicas.

ONDE SE LOCALIZA O PROJETO?

O projeto de modernização do AHIN desenvolve-se exclusivamente no concelho de Idanha-a-Nova, no entanto, a área de estudo do EIA – que considera uma zona de 200 m em redor das várias infraestruturas do Projeto – abrange também o concelho de Castelo Branco.

Ao nível regional, o projeto está inserido na região do Centro e na sub-região da Beira Baixa (ver **DESENHO 01**).

NUT I	NUT II	NUT III	Distrito	Concelho	Freguesias
Portugal Continental	Região do centro	Beira Baixa	Castelo Branco	Castelo Branco	- Malpica do Tejo - União de Freguesias de Escalos de Baixo e Mata
				Idanha-a-Nova	- Ladoeiro - União de Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes - União de freguesias de Zebreira e Segura

POR QUE É NECESSÁRIO O PROJETO?

O Projeto de Modernização do AHIN surge da necessidade de garantir, de forma sustentável e eficiente, a disponibilidade de água para a agricultura e o desenvolvimento económico da região. A região agrícola em avaliação é fortemente dependente da barragem Marechal Carmona (também conhecida por barragem da Idanha), construída na década de quarenta do Século XX, a qual corresponde à origem de água do AHIN. As infraestruturas de rega atualmente em funcionamento foram concebidas para uma realidade agrícola distinta da atual e baseiam-se maioritariamente numa rede de distribuição em canais a céu aberto. Apesar de terem sido realizadas intervenções pontuais de reabilitação ao longo do tempo, uma parte significativa destas infraestruturas apresenta limitações estruturais e operacionais, nomeadamente perdas de água ao longo do sistema, dificuldades de gestão e menor capacidade de resposta às necessidades atuais da agricultura e aos desafios impostos pelas alterações climáticas.

No âmbito do Projeto de Modernização, a substituição da rede em superfície livre por condutas enterradas, maioritariamente em baixa pressão e, em zonas específicas, em pressão com fornecimento de água a pedido, permitirá reduzir perdas, aumentar a eficiência na utilização da água e melhorar a fiabilidade do abastecimento às explorações agrícolas.

A modernização do sistema de regadio é fulcral para aumentar a eficiência no uso da água e reforçar a resiliência do território face a períodos de seca cada vez mais frequentes e prolongados. O projeto permitirá também uma melhor gestão dos recursos hídricos, diminuindo a dependência de captações subterrâneas e promovendo um modelo agrícola mais sustentável.

Além de assegurar maior fiabilidade do fornecimento de água às explorações agrícolas, o AHIN contribuirá para estimular a economia local, criando condições para o desenvolvimento de novas atividades agroindustriais e para a valorização dos produtos agrícolas. A modernização da rede de rega e a introdução de sistemas mais eficientes contribuirão para reduzir custos energéticos e ambientais, garantindo maior competitividade aos agricultores da região.

Por outro lado, o projeto integra soluções de transição energética, nomeadamente a instalação de centrais fotovoltaicas para autoconsumo, que visam diminuir o consumo de energia proveniente da rede elétrica, reduzindo simultaneamente as emissões de gases com efeito de estufa.

Em suma, o projeto é necessário para garantir o futuro sustentável da agricultura no concelho de Idanha-a-Nova e na região envolvente, assegurando o uso responsável da água, o reforço da economia local e a adaptação às alterações climáticas.

EM QUE CONSISTE O PROJETO?

O AHIN moderniza e reorganiza o sistema transporte, armazenamento e distribuição de água para rega, associado à barragem Marechal Carmona, infraestrutura que não faz parte do desenvolvimento do presente projeto. A solução preconizada assenta em quatro componentes principais:

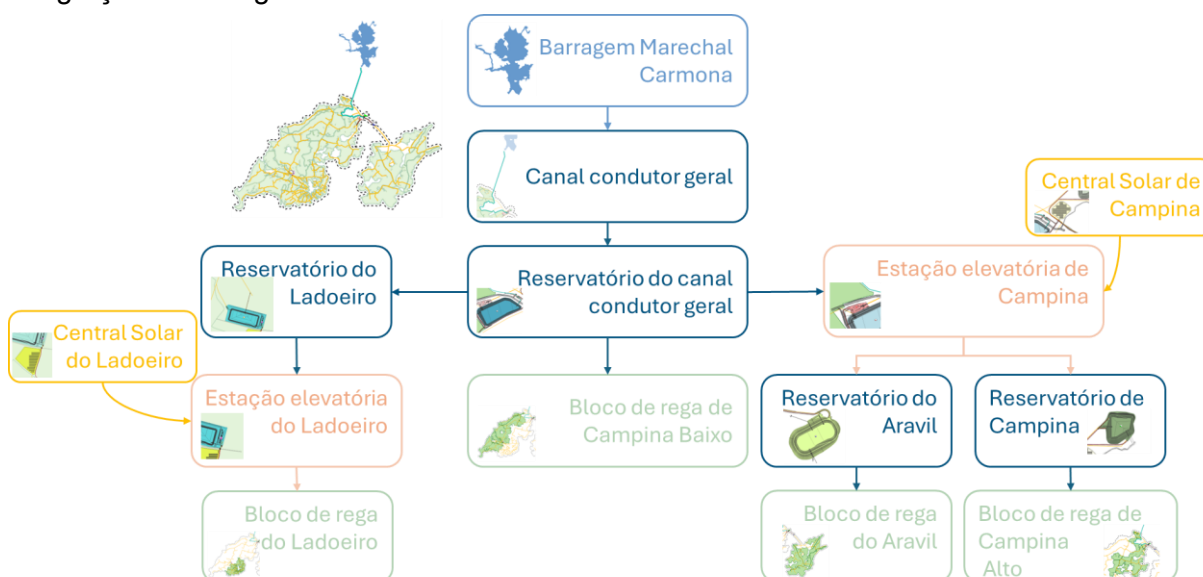
- **Adução principal (Canal Condutor Geral – CCG)**
 - O CCG mantém a função de transportar A água desde a barragem até um novo reservatório de regularização. Numa fase inicial, o CCG mantém serviço a jusante para garantir o abastecimento; após a modernização integral dos blocos de rega, deixa de ter consumos intermédios e será desativado, para jusante do novo reservatório. Integra segurança e automação (grelhas com limpeza automática, descarregadores/sifões de emergência e controlo remoto de caudais) para reduzir perdas e operar 24h/dia, com rega tipicamente até 18h/dia. O caudal máximo de projeto admitido pelo CCG é 6,3 m³/s.
- **Reservatórios de regularização**
 - Reservatório do CCG: regula a água transportada no canal e alimenta todo o sistema.
 - Reservatórios elevados que asseguram flexibilidade operacional, reserva diária e rega em horários energéticos mais favoráveis:
 - Campina Alto (abastece o bloco Campina Alto)
 - Aravil (abastece o bloco Aravil)
 - Ladoeiro (R18 existente, será modernizado e integrado no novo esquema)
- **Estações elevatórias e redes de rega**
 - EE de Campina: eleva água do reservatório do CCG para os reservatórios de Campina Alto e Aravil, a partir dos quais a distribuição é gravítica (baixa pressão).
 - EE do Ladoeiro: instalada a nascente do reservatório R18, garante a alta pressão necessária à rede do Bloco do Ladoeiro.

- Novas redes de rega (hidrantes, bocas de rega e condutas principais/secundárias) cobrem cerca de 8,45 mil ha, distribuídos pelos blocos:
 - Campina Baixo (Norte e Sul): 3,45 mil ha, gravítico (baixa pressão)
 - Campina Alto: 1,45 mil ha, baixa pressão
 - Ladoeiro: 1,09 mil ha, alta pressão
 - Aravil: 2,46 mil ha, baixa pressão

– **Infraestruturas de apoio**

- Acessos de serviço (traçados e dimensionados para tráfego reduzido) aos reservatórios, à EE de Campina e à EE do Ladoeiro.
- Drenagem (passagens hidráulicas e valetas) para manter a continuidade dos escoamentos nas travessias.
- Centrais fotovoltaicas para autoconsumo junto das estações elevatórias, numa ótica de redução de custos e de emissões.

Em síntese, e tal como ilustrado na figura seguinte, o projeto transforma o antigo esquema num sistema regulado e automatizado, com armazenamento intermédio, bombagens dedicadas e redes de distribuição em condutas, garantindo um serviço mais fiável, flexível (“a pedido”) e eficiente, com menores perdas de água, maior resiliência em anos secos e com integração de energia renovável.



QUAIS AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ÁREA ONDE SE LOCALIZA O PROJETO?

O AHIN está localizado num território de matriz rural, com forte vocação agrícola, em que cerca de 65% da área de estudo corresponde a culturas temporárias, pastagens, pomares (com destaque para a amendoeira) e olivais. A atualização da rede de rega, com o enterramento das condutas, incide sobretudo em solos já agrícolas. Importa referir que no final da Fase de Construção será efetuada a recuperação parcial do uso do solo.

Na área de estudo ($\approx 4\%$ da área) foram identificados sete habitats naturais de interesse comunitário, salientando-se montados de azinheira e sobreiro (6310), florestas-galerias (92A0) e subestepes de gramíneas (6220, que é categorizado como prioritário), localizados sobretudo em margens de linhas de água e mosaicos agroflorestais.

O clima é mediterrânico, com verões quentes e secos e invernos brandos e chuvosos: temperatura média anual de 15–16 °C, máximas médias de verão ~ 32 °C e precipitação anual de 540–780 mm, sobretudo concentrada entre outubro e março. As projeções climáticas mais difundidas apontam para aquecimento adicional (+2,5 °C a +4,5 °C até final do século, consoante cenário) e redução da precipitação anual, com mais secas no verão e eventos de precipitação intensos no inverno, reforçando a necessidade de armazenamento, regulação e eficiência hídrica. Pelas ocupações atuais, o território funciona como sumidouro líquido de carbono, com pomares e olivais a contribuírem de forma relevante.

Hidrologicamente, o projeto está inserido na bacia hidrográfica do rio Tejo, mais concretamente nas sub-bacias rio Pônsul e da ribeira de Aravil e, caracterizadas por um regime marcadamente mediterrânico, que se traduzem em caudais baixos no verão e mais elevados no inverno.

As massas de água superficiais apresentam uma qualidade ecológica moderada, condicionada por variações de caudal e pressões agrícolas, embora a qualidade físico-química seja geralmente boa. A massa de água subterrânea, (PT05A0X1, *Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo*) apresenta Bom estado químico e quantitativo, mas está “em risco” por pressões difusas, materializadas em concentrações relativamente elevadas de nitratos e/ou fosfatos.).

Do ponto de vista geológico e geotécnico, predomina a Formação de Cabeço do Infante (arenitos e conglomerados pouco consolidados), com aluviões locais nos vales e afloramentos graníticos/metassedimentares. O relevo é suave, a sismicidade baixa-moderada e a suscetibilidade a liquefação é baixa, excetuando aluviões soltos. Os solos arenosos/cascalhentos revelam compacidade média-elevada, favorecendo fundações diretas na maioria das implantações; em vales aluvionares podem ser pontualmente necessários melhoramentos. Do ponto de vista pedológico, predominam Solos Argiluvitados com boa capacidade de uso (classes A–C em $\sim 2/3$ da área), sendo o risco de erosão baixo a alto,

sendo necessário impor práticas conservacionistas. A nível da aptidão para regadio, a área de estudo está maioritariamente integrado na classe III (regável com limitações moderadas).

A avaliação de biodiversidade adotou uma abordagem ecológica e integrada, centrada nas comunidades e biótopos efetivamente presentes, sendo que a área do projeto é caracterizado por um mosaico agroflorestal característico (culturas, olivais, montados, matos e galerias ripícolas). A área de estudo sobrepõe-se parcialmente à ZPE Tejo Internacional, Erges e Ponsul, encontrando-se integralmente inserida na Reserva da Biosfera do Tejo. Os trabalhos de campo permitiram confirmara 223 *taxa* de flora (com 3 *taxa* RELAPE: azinheira, sobreiro e borrazeira-branca) e 144 espécies de fauna (entre 341 potenciais), 40 delas com Grau de Ameaça em Portugal enquanto 96 possuem algum nível deproteção a nível comunitário.

Foram identificados 11 biótopos, dominados por culturas de regadio/permanentes, mas também com olivais tradicionais, montados, matos, linhas e planos de água e áreas artificializadas. As áreas ecologicamente sensíveis incluem a referida ZPE, comunidades vegetais equiparadas a habitats naturais/prioritários e povoamentos de quercíneas. Em síntese, apesar da pressão antrópica de cariz agrícola, o território em estudo mantém relevância ecológica e funções de conectividade (especialmente nas margens de água e montados).

O levantamento de património histórico-cultural identificou, na área de estudo, vestígios que testemunham uma ocupação humana muito antiga, desde a Pré-história até à época romana e à Idade Moderna/Contemporânea. Destacam-se ocorrências arqueológicas pontuais (mamoas, dispersões de materiais e indícios de uilla romana junto ao Canal Distribuidor nº 3 e ribeira do Freixo), bem como elementos arquitetónicos e etnográficos (igrejas, fontes e construções rurais) associados aos núcleos antigos do Ladoeiro e Senhora da Graça. Em grande parte do território, contudo, a intensificação agrícola do último século – e, mais recentemente, a implantação de pomares de regadio – reduziu a visibilidade e a preservação de contextos arqueológicos, pelo que a sensibilidade patrimonial é desigual e mais concentrada junto de linhas de água, terraços fluviais, para além da envolvente dos núcleos patrimoniais acima referenciados. Existem alguns indícios de construção vernácula em pedra, embora a maior parte das construções em meio rural sejam bastante recentes e desprovidas de valor patrimonial. Em termos arqueológicos, a agricultura intensiva pode ter contribuído para uma significativa perda nas condições de jazida dos sítios arqueológicos previamente conhecidos, embora, para a maior parte, as notícias iniciais já fossem algo vagas.

A área de estudo estabelecida para o Fator Ambiental paisagem está inserido nos grupos de unidade de paisagem da Beira Interior definidos por Cancela d'Abreu *et al.* (2004)¹: Penamacor–Castelo Branco–Idanha (51) a N/NW, Campina de Idanha (52) no centro e Este,

¹ Cancela d'Abreu, A.; Pinto Correia, T. e R. Oliveira (Coord.) (2004). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. DGOTDU, Portugal.

e Beira Baixa–Tejo Internacional (53). O território configura um planalto envolvido por relevos mais acidentados (menos a Sul), com subunidades que espelham o uso do solo condicionado pela topografia: predomínio agrícola na faixa central, envolvente com espaços naturalizados e montados extensivos de elevada densidade arbórea, e dois aglomerados de pequena dimensão com edificação concentrada. Neste contexto, a qualidade e a sensibilidade visual são maioritariamente médias, com elevada capacidade de absorção em boa parte das áreas ocupadas pelas infraestruturas do projeto. A implantação proposta, em geral, coincide com setores de qualidade visual média e boa capacidade de integração, favorecendo a compatibilização paisagística.

A nível do Ordenamento do Território, a área de estudo está abrangido por Reserva Agrícola Nacional (RAN), Reserva Ecológica Nacional (REN), servidões do domínio hídrico e da rede elétrica, para além de zonas de perigosidade de incêndio. As intervenções previstas (agrícolas e hidráulicas) enquadram-se nos regimes aplicáveis e não colidem com as funções ecológicas ou restrições legais, contribuindo para metas de eficiência hídrica, resiliência climática e valorização agrícola.

A caracterização da estrutura agrária da área de estudo revela um território dominado por explorações agrícolas de grande dimensão e baixa fragmentação fundiária, em contraste com a média nacional. A Superfície Agrícola Utilizada (SAU) apresenta expressão elevada, refletindo uma ocupação intensiva do solo, sobretudo no concelho de Idanha-a-Nova, onde prevalece a exploração por conta própria, ainda que o arrendamento também tenha alguma representatividade. A atividade agrícola baseia-se num mosaico produtivo em que persistem as culturas de sequeiro (cereais, pastagens, forragens), coexistindo com áreas de regadio que sustentam culturas permanentes, sobretudo olivais e pomares de frutos de casca rija, sobretudo amêndoa.

A pecuária mantém um papel relevante na economia agrícola local, desenvolvida maioritariamente em regime extensivo e associada à criação de bovinos, ovinos e caprinos, com especial destaque para estes últimos no concelho de Idanha-a-Nova. Verifica-se uma baixa pressão animal comparativamente à média nacional, bem como uma forte dependência dos apoios diretos ao rendimento agrícola. A estrutura fundiária, o peso das pastagens permanentes e o predomínio de explorações especializadas em produção animal conferem à região uma identidade agropecuária consolidada, marcada pela coexistência de práticas tradicionais e de sistemas produtivos modernizados no contexto do regadio.

A área de influência do AHIN caracteriza-se por uma baixa densidade populacional, envelhecimento demográfico acentuado e perda gradual de população ativa, refletindo as tendências de despovoamento típicas do interior do país. A estrutura etária é desequilibrada, com predomínio da população idosa e reduzida presença de jovens, o que limita a renovação geracional e a disponibilidade de mão de obra. Este quadro demográfico traduz-se num contexto de vulnerabilidade social e de fraca dinâmica populacional, em que o território mantém, contudo, uma forte ligação à atividade agrícola e à identidade rural.

Do ponto de vista económico, a agricultura continua a ser a principal base produtiva e elemento estruturante do tecido socioeconómico, coexistindo com pequenas atividades industriais, comerciais e de serviços. O tecido empresarial é pouco diversificado e composto maioritariamente por unidades de reduzida dimensão e baixa intensidade tecnológica, mas com crescente valorização de práticas sustentáveis e produtos de origem local. O mercado de trabalho reflete a escassez de oportunidades e os baixos níveis de qualificação. Em termos de infraestruturas e serviços, a cobertura é globalmente satisfatória, embora persistam carências nas áreas mais periféricas. O parque habitacional evidencia o impacto do êxodo rural, com elevado número de habitações devolutas, mas também sinais recentes de recuperação através do turismo em espaço rural e alojamento local. Em conjunto, estes fatores definem um território com fragilidades estruturais, mas também com recursos endógenos e potencialidades agrícolas e turísticas que constituem a base da sua vitalidade económica e social.

No ambiente atmosférico, a qualidade do ar é considerada como globalmente boa/muito boa. Entre 2019 e 2023, Idanha-a-Nova reduziu emissões totais (-15%, sobretudo na agricultura) e Castelo Branco registou ligeiro aumento (transportes e incêndios), com tendência geral de descida em partículas e gases acidificantes e subida moderada de precursores de ozono. Ao nível do ambiente sonoro da Área de Estudo, apesar de não existir zonamento acústico municipal, foi possível comprovar que predominam as fontes rodoviárias (N240, N353, N354), não existindo indústrias próximas; foram identificados recetores sensíveis dispersos (habitações e alguns equipamentos no Ladoeiro), com potencial incómodo, pontual, durante a fase de construção.

A gestão de resíduos é assegurada pela Valnor, que apresenta uma rede de recolha bem desenvolvida; a acessibilidade à recolha seletiva é, em geral, mediana e a taxa de recolha seletiva municipal está abaixo da média nacional. Na gestão de efluentes, os sistemas são operados pela Águas do Vale do Tejo, sendo que o abastecimento apresenta boa acessibilidade e as perdas estão controladas (melhor que a média nacional em alta), enquanto o saneamento evidencia acessibilidade mediana.

Ao nível da Saúde humana, a área pertence ao ACeS Beira Interior Sul, com população envelhecida (índices de envelhecimento e dependência de idosos superiores à região e ao Continente), baixa natalidade e esperança de vida em crescimento. As principais causas de morte são doenças do aparelho circulatório, tumores malignos e respiratórias, sendo também elevadas as prevalências de hipertensão, dislipidemias, depressão, obesidade e diabetes, enquanto o tabagismo e o excesso de peso apresentam, no conjunto do ACeS, valores em geral inferiores às médias regional/nacional. Em recursos de saúde, o Concelho de Idanha-a-Nova tem rácios de médicos/enfermeiros abaixo da média e maior disponibilidade relativa de farmácias, enquanto o Concelho de Castelo Branco apresenta rácios frequentemente superiores. Tendo em consideração os determinantes ambientais locais (e.g., ar maioritariamente bom, ruído rodoviário moderado e águas superficiais/subterrâneas

globalmente razoáveis), não se antecipam riscos adicionais significativos para a saúde, desde que sejam asseguradas as boas práticas, sobretudo na monitorização da água de rega, uso seguro de fitofármacos e segurança no funcionamento das infraestruturas hidráulicas.

Em síntese, o contexto biofísico e socioambiental do AHIN é amplamente compatível com o reforço do regadio e das infraestruturas associadas, desde que o projeto incorpore as medidas já indicadas de proteção de habitats e corredores ecológicos, conservação do solo, eficiência hídrica/energética, gestão responsável de resíduos e efluentes e minimização de incómodos de obra. Será também necessário que o desenvolvimento do projeto seja concretizado em a coerência com os instrumentos de ordenamento e com os objetivos de resiliência climática e desenvolvimento sustentável do território rural.

QUAIS OS PRINCIPAIS IMPACTES DO PROJETO?

Os principais **impactes negativos** associados ao AHIN correspondem a:

- contínua conversão de áreas agrícolas de sequeiro em regadio, podendo conduzir a alguma diminuição da biodiversidade;
- afetação da flora (particularmente do montado) e da fauna devido à desmatação dos locais para construir as infraestruturas;
- perturbação dos recetores sensíveis ao ruído (isto é, as habitações ou equipamentos onde a poluição sonora seja perceptível por parte das pessoas) nas zonas mais próximas da frente de obra, durante os trabalhos de construção; e
- possibilidade de contaminação dos solos e das águas superficiais e subterrâneas através do uso de pesticidas e fertilizantes nas atividades agrícolas.

Relativamente aos **impactes positivos** associados ao AHIN, salienta-se:

- aumento da eficiência da utilização de água;
- desenvolvimento sustentável da atividade agrícola, que promoverá a competitividade dos territórios rurais e a preservação dos recursos naturais;
- Incremento da taxa de adesão ao regadio dentro do AHIN;
- contributo para o estímulo das transações económicas relacionadas com a agricultura, com efeitos positivos na economia local;
- produção de energia elétrica renovável a partir das centrais fotovoltaica; e
- redução da vulnerabilidade à perigosidade de incêndio rural nas zonas beneficiadas pelo regadio.

QUE CONSEQUÊNCIAS TEM UMA EVENTUAL DESATIVAÇÃO DO PROJETO?

A eventual desativação do projeto do AHIN teria consequências ambientais, sociais e económicas significativas. Em primeiro lugar, implicaria a perda de uma peça estruturante para a gestão e o armazenamento de água numa região marcada por elevada variabilidade climática e crescente vulnerabilidade à seca. Sem o sistema de rega e infraestruturas associadas modernizadas, a capacidade de regulação hídrica e de garantia de abastecimento à população e atividades agrícolas ficaria reduzida, aumentando o risco de escassez em períodos críticos.

Do ponto de vista económico e social, a ausência do projeto limitaria a modernização e a eficiência do setor agrícola, inviabilizando o aumento da produtividade e da competitividade regional, bem como a criação de emprego e o reforço do tecido agroindustrial que se têm vindo a verificar nos últimos anos.

Adicionalmente, a desativação representaria um retrocesso no cumprimento das metas nacionais de uso eficiente da água de transição energética e mesmo de adaptação climática, dado que o AHIN integra produção renovável (solar e hídrica) e soluções de gestão sustentável. Seriam também perdidos os benefícios ambientais associados ao ordenamento agrícola e à valorização dos ecossistemas mediterrânicos. Assim, a não concretização, ou eventual desativação, do projeto traduzir-se-ia num agravamento da vulnerabilidade hídrica e socioeconómica do território, comprometendo o desenvolvimento sustentável da região e a resiliência dos sistemas agrícolas e ecológicos face às alterações climáticas.

QUAIS AS PRINCIPAIS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DOS IMPACTES NEGATIVOS E DE POTENCIAÇÃO DOS IMPACTES POSITIVOS?

Uma das principais relevâncias do processo de AIA é a definição de um conjunto de medidas que permitem evitar ou mitigar efeitos negativos previstos e potenciar efeitos positivos esperados.

Além da necessidade de cumprimento estrito de todos os regulamentos aplicáveis às atividades, o EIA propõe um conjunto de medidas, salientando-se as seguintes:

- código de boas práticas agrícolas;
- acompanhamento arqueológico da construção do projeto;
- sensibilização dos beneficiários do projeto para os valores ecológicos presentes na área;
- cumprimento das normas legais para a realização de atividades ruidosas;
- projeto de compensação pelo abate de quercíneas protegidas (azinheiras e sobreiros);
- plano de gestão de espécies exóticas invasoras;

- plano de desafetação, desativação e demolição de infraestruturas existentes;
- plano de recuperação paisagística das áreas afetadas pelos trabalhos de construção.

FOI PROPOSTA ALGUMA MONITORIZAÇÃO?

Para a fase de monitorização do projeto foram propostos dois programas de monitorização de recursos hídricos (superficiais e subterrâneos) para as Fases de Construção e de Exploração, neste último de forma a avaliar eventuais contaminações por parte da utilização de adubos e fertilizantes sobre as massas de água e comunidades biológicas que neles habitam.

QUAL O BALANÇO FINAL DO PROJETO?

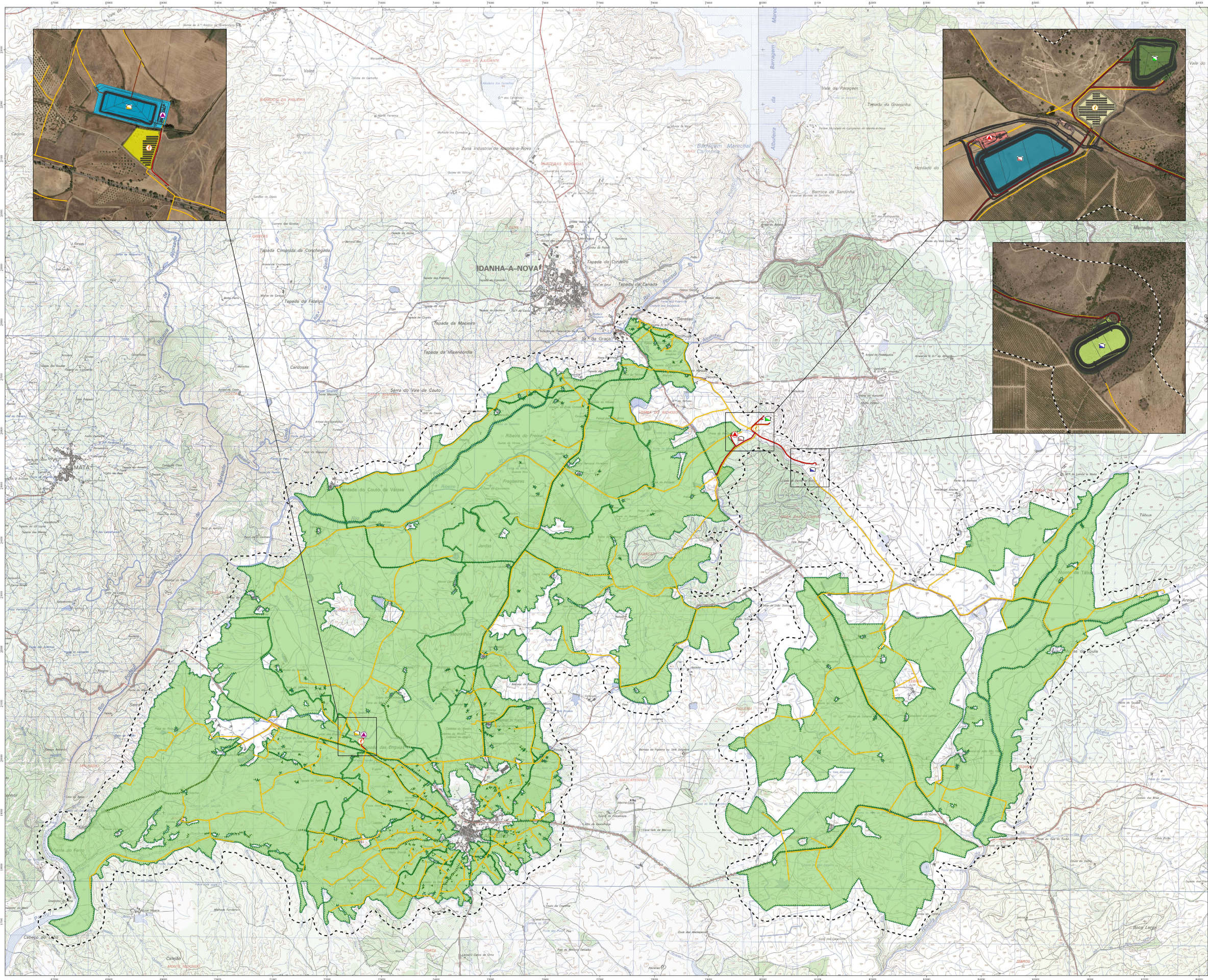
O balanço final do Projeto de Modernização do AHIN traduz-se num conjunto de impactes de natureza diversa, distribuídos pelas fases de construção e de exploração, com efeitos tanto negativos como positivos sobre os componentes ambientais e socioeconómicos do território.

Durante a fase de construção, os impactes negativos esperados decorrem essencialmente da desmatção e movimentação de terras nas áreas de implantação das infraestruturas, com consequências diretas sobre a vegetação e a fauna. Estes efeitos, são contudo temporários e localizados, podendo ser minimizados através da programação adequada dos trabalhos e da aplicação das medidas de recuperação biofísica e paisagística previstas. A paisagem sofrerá alterações visuais significativas durante o período de obra, mas com reduzida permanência, dado o enquadramento agrícola e a capacidade de absorção visual do território.

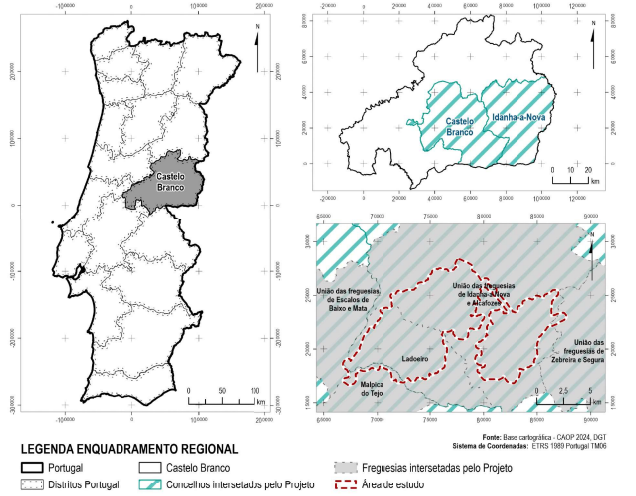
Na fase de exploração, os principais efeitos positivos associam-se ao reforço da competitividade agrícola com o incremento da área regada no AHIN, à melhoria da eficiência no uso da água e à valorização dos recursos produtivos de uma região fortemente dependente da agricultura. Estes impactes traduzem-se em benefícios diretos para a economia local e para a sustentabilidade das explorações agrícolas, contribuindo para a dinamização do tecido socioeconómico e para a fixação da população.

Os impactes negativos da fase de exploração estão sobretudo relacionados com a intensificação agrícola, que pode gerar alguma uniformização da paisagem e pressão sobre os recursos hídricos e ecológicos. No entanto, a adoção das medidas de gestão ambiental e de monitorização propostas permitirá controlar e mitigar estes efeitos, assegurando a compatibilização entre a produção agrícola e a conservação dos valores naturais.

Em síntese, o balanço global do AHIN é favorável, uma vez que os benefícios socioeconómicos e estruturais associados à modernização do sistema de regadio superam os impactes negativos identificados, desde que garantida a execução integral das medidas de minimização, compensação e monitorização ambiental previstas no EIA.



- LEGENDA PROJETO**
- Área de estudo
- INFRAESTRUTURAS DE PROJETO**
- Central Fotovoltaica de Campina e Aravil
 - Central Fotovoltaica do Ladoeiro
 - Estação Elevatória de Campina
 - Estação Elevatória do Ladoeiro
 - Reservatório de Aravil
 - Reservatório de Campina Alto
 - Reservatório do Canal Condutor Geral
 - Reservatório do Ladoeiro
- Acessos
 - Rede de rega
 - Blocos de rega



Projeto		Data		Projeto		Data	
Diana Escada				Diana Escada			
Versão		Data		Data		Data	
1.0		15/03/2024		15/03/2024		15/03/2024	
Escala		Data		Data		Data	
1:25 000							
1:5 000							
Escala		Data		Data		Data	
1:25 000							
1:5 000							

**ASSOCIAÇÃO DE REGANTES E BENEFICIÁRIOS DE IDANHA-A-NOVA**

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DE IDANHA-A-NOVA

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

ENQUADRAMENTO REGIONAL

**AQUALOGUS**
Engenharia e Ambiente

001

01/02

0

292.03.01

OCTUBRO DE 2023

